



A PRISÃO EM NOME DA SAÚDE: O ISOLAMENTO COMPULSÓRIO EM LEPROSÁRIOS NO BRASIL DE VARGAS

Ivan Ducatti

Universidade Federal Fluminense (UFF)

ivanducatti@id.uff.br

Terezinha Martins dos Santos Souza

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

terezinha.souza@unirio.br

RESUMO: A partir da década de 1930, no Brasil, o isolamento compulsório de portadores de hanseníase passou a ser política de Estado. O isolamento compulsório só seria necessário, naquele momento, em casos extremos de infecção. Sua prática generalizada o caracterizou como uma forma de encarceramento. O período em que se inicia o isolamento estatal é marcado por fortes questões totalitárias, sendo o nazifascismo o seu auge. Essas idéias, baseadas na decadente filosofia irracionalista, não deixaram de influenciar o pensamento intelectual brasileiro, que ajudou a legitimar uma série de ações de governo, como o isolamento compulsório e indiscriminado. Porém, o período em questão também significou, para o Brasil, a formação do Estado capitalista monopolista, por intermédio do qual não só se controlava a classe trabalhadora pela força (opressão), mas se garantia a força de trabalho para a nova dinâmica de extração de mais-valia (exploração). Com Vargas, a Saúde Pública se tornou um mecanismo real de controle da classe trabalhadora na formação do monopolismo no Brasil.

Palavras chave: Encarceramento | Capitalismo Monopolista | Irracionalismo | Hanseníase | Isolamento Compulsório.

ABSTRACT: In Brazil, since the 1930s, compulsory isolation for people with leprosy became a state policy. At that time, compulsory isolation would be necessary only in extreme cases of infection. Its widespread practice has featured it as a form of imprisonment. The period in which state isolation begins is underlined by strong totalitarian issues, with Nazi-fascism at its peak. These ideas, based on the decadent irrationalist philosophy, had influenced Brazilian intellectual thinking, which helped legitimize a series of government actions, such as compulsory and indiscriminate isolation. However, that period also meant for Brazil the making of the monopoly capitalist state, through which not only the working class was controlled by force (oppression), but the labor force was guaranteed for the new dynamics of extraction of

surplus value (exploration). With Vargas, Public Health became a real mechanism of working class control in the making of monopoly in Brazil.

Keywords: Imprisonment | Monopoly Capitalism | Irrationalism | Leprosy | Compulsory Isolation.

Introdução

Uma das imagens da existência da prisão, talvez a mais comum pela associação imagética que a ficção e a imprensa constroem e divulgam ao grande público diuturnamente, é aquela que o pensamento do senso comum costuma abstrair – de forma generalizada – por meio da ideia de uma pessoa trancafiada, só ou em companhia de outrem, dentro de uma pequena sala escura, insalubre e gradeada, onde se cumpre alguma pena sancionada por algum crime ou contravenção. A pena seria, então, a resposta considerada justa e natural pelo Estado, face ao delito cometido: a liberdade se comuta pela reclusão, como forma de compensar o ato negativo ao convívio social, mediado pelo Direito, a instituição da ilusão jurídica. Porém, ainda que, no nível da aparência, haja elementos concretos que permitam a construção de tal quadro, algumas ressalvas dessa abstração conceitual de prisão podem ser destacadas, uma vez que a imagem em questão é uma generalização ideologicamente construída pelo poder que busca justamente encarcerar os elementos que, de alguma forma, negam seu funcionamento e regras.

Para demonstrar que há outras formas de prisão, iniciemos com o fato de que as pessoas podem ser encarceradas (presas) em hospícios, por meio julgamentos médicos, processos pelos quais os diagnósticos têm força de lei, imputando ao sujeito considerado doente a pena de reclusão em regime fechado. Outra situação que também remete ao aprisionamento diz respeito ao poder da exploração do trabalho, em especial no mundo rural, em que as pessoas podem ser encarceradas em latifúndios, na condição semelhante à da escravidão – o latifúndio no Brasil é de propriedade de terratenentes com grandíssimo poder político em nível nacional, que bem caracterizam a questão agrária brasileira. Neste mesmo país, as pessoas já foram encarceradas, também por julgamentos considerados médicos, em leprosários, que eram aqueles locais clínicos de isolamento para tratamento de hanseníase (a antiga e estigmatizada lepra), de forma generalizada para todo e qualquer grau nosológico da mesma doença, sem, contudo,

haver necessidade para tal prática. É sobre este último tipo de prisão que desenvolveremos nosso trabalho.

Até o final da década de 1960, os leprosários, formas particulares de prisão, serviram de instrumento para a profilaxia da hanseníase, aplicando-se a sentença do encarceramento a todos/as enfermos/as, mesmo quando a literatura médica já informava que o isolamento compulsório deveria ser aplicado apenas para casos extremamente avançados.

A hanseníase tem história longa, ou de longa duração. É uma doença que somente no século XX pôde ser desvendada, analisada e relativamente bem controlada. Com o crescimento da industrialização e, conseqüentemente, dos centros urbanos, novas mudanças sanitárias nas cidades passam a ser exigidas e, dependendo do grau de atuação da política pública que um determinado país adote para o saneamento público, tais mudanças podem significar melhorias, com significativos avanços no processo da saúde pública. No Brasil, também com a industrialização que se despontava a partir da década de 1930, a busca de soluções para endemias graves, como a hanseníase, eram demandas crescentes nos centros urbanos. A profilaxia mais utilizada para o combate à hanseníase foi o isolamento compulsório, em que o Estado assumia, arbitrária e unilateralmente, o poder de deter o enfermo em unidades consideradas ideais para o tratamento da hanseníase. Portanto, pela sua caracterização conceitual, a compulsoriedade do isolamento realizada pelo Estado pode ser considerada uma forma de encarceramento; no lugar dos trâmites judiciais do encarceramento criminal, as autoridades médicas, com suporte policial, promulgavam as sentenças da internação compulsória – na maioria das vezes sem os diagnósticos médico-científicos minimamente protocolares para a decisão profilática. Tal forma de isolamento como profilaxia foi implantada, durante a Era Vargas, respondendo à necessidade política de centralização do Estado que iria suplantiar o liberalismo econômico, cujo modelo gestional entrava em colapso no Brasil e no mundo, com a crise econômica mundial de 1929. O Estado brasileiro se centralizava em detrimento dos poderes estaduais, locais e regionais, que perdiam a autonomia característica, tão marcante da Primeira República. O custo político dessa centralização refletiu-se pelo exponencial autoritarismo ditatorial varguista, que culminaria com o Estado Novo, em 1937.

Até o século XIX, a assistência aos hansenianos dava-se por intermédio das Santas Casas, isto é, em nível de assistência por iniciativa particular. No início do XX, surgem os primeiros planos profiláticos governamentais, mas ainda sem grandes estruturas logísticas para a implantação e atuação. De 1921 a 1930, criaram-se a Inspetoria de Profilaxia da Lepra de São Paulo (estado que assumirá a vanguarda do isolamento compulsório, cuja referência mais tarde se espraia pelo país) e o Departamento Nacional de Saúde Pública, período em que se intensificam os debates sobre a forma do isolamento. De 1930 a 1945, na fase getulista, é que surge a implantação do isolamento compulsório. Esse processo histórico, que durou até a década de 1960, teve caráter policial e realizava-se de forma compulsória pelos agentes de saúde. Retiravam-se do convívio sócio-familiar as pessoas portadoras de hanseníase para unidades ditas de tratamento, chamadas de leprosários ou lazaretos.

O estado de São Paulo foi a região de maior abrangência dos leprosários, e o seu modelo profilático atingiu o território nacional. O isolado tornava-se, assim, um elemento apartado da sociedade brasileira, cujo retorno ao mundo do trabalho era extremamente difícil, ou nulo, fazendo com que praticamente muitos internos se recusassem, depois de vários anos, a deixar as unidades de isolamento. O enfermo não era preparado para superar o estigma social de uma doença considerada “pecaminosa”, que se reforçava por sua condição de relativo alheamento social. O preconceito é um traço característico da cotidianidade, isto é, faz parte do pensamento cotidiano, que é extremamente generalizador, que se constitui como uma esfera extremamente arraigada do senso comum. Nesse sentido, sua superação torna-se algo de extrema dificuldade, pois “a vida cotidiana caracteriza-se pela unidade imediata do pensamento e da ação” (HELLER, 1970, p. 45).

Caminhos da cura

Os bons resultados com quimioterapia e antibióticos fizeram com que se pensasse, na década de 1950, no abandono do isolamento compulsório. Somente entre 1967 e 1970 é que o isolamento se extingue – os portadores de hanseníase passaram, então a serem tratados via ambulatórios. A evolução do tratamento pode ser testada, por

exemplo, em 1963, quando Souza Lima¹ e Opromolla² fazem o primeiro ensaio com rifamicina, que é um antibiótico bactericida para o *Mycobacterium leprae*, ao qual consegue estancar com rapidez as infecções.

No que tange à problemática do isolamento da hanseníase, o poder político³ não precisaria lançar mão da forma compulsória. Ao contrário, o poder político teria condições de garantir aos hansenianos uma vida menos estigmatizada pelos preconceitos, sem os tolher da vida social de forma abrupta e violenta, não considerando os diversos graus da doença e à revelia da vontade da pessoa doente.

No que tange à saúde pública, há normas de campanhas públicas – interferência do Estado – em relação às ações profiláticas de vacinação, destruição de alimentos deteriorados, bem como controle do meio ambiente e do trabalho. No entanto, essas medidas somente são eficazes se o Estado for capaz de garantir medidas de proteção e iguais cuidados para a recuperação da saúde coletiva. No entanto, como o Estado é o Estado da classe dominante, a garantia da saúde coletiva só é possível se se partir da iniciativa da classe trabalhadora organizada e politizada, a qual deve tencionar, ao máximo, esse aparelho em seu próprio benefício.

Os leprosários, instituições milenares, cumpriam a função de apartar o hanseniano para que este não contaminasse qualquer ambiente social. A resposta clássica ao contágio é isolar aqueles que pegaram a doença, e que essa prática, em descompasso para a ciência hodierna. A hanseníase na Europa Ocidental difunde-se a partir do Império Romano, mais exatamente a partir de focos do Oriente Próximo. Mas de forma mais marcante, fixou-se na Europa entre os séculos VI e VII d.C. Documentos pontuais desses séculos permitem afirmar níveis de endemicidade bastante comparáveis

¹ Hansenologista brasileiro. Seu nome fora dado em sua homenagem em 1974 ao Hospital Aymorés de Bauru (antigo Asilo Colônia Aymorés), passando este a se denominar Instituto Lauro de Souza Lima.

² Médico (1934-2004), dedicou maior parte de sua vida ao Instituto Lauro de Souza Lima, em Bauru (SP), instituição criada pelo Estado de São Paulo em 1933, Participou, nos últimos trinta anos de sua vida das atividades ligadas à hanseníase.

³ Ao afirmarmos “poder político”, não estamos circunscrevendo tal noção de poder apenas às esferas fundamentais da formação do Estado burguês moderno (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas considerando que uma determinada política adotada (por exemplo, à proteção da saúde) representa interesses sociais e econômicos, contraditórios, de diversas classes sociais, expressos em políticas sociais, cujas inclinações de classe levam a embates constantes para sua extinção (atuação política dos representantes dos proprietários) ou manutenção precária por parte, dependendo da correlação de força política no plano social. São tais forças que fazem o “poder político” agir, em nome de um poder jurídico que, em geral, é “interpretado” – e normalmente burlado – quando para atuar em favor das classes proprietárias, e levado ao seu máximo rigor quando as forças das classes trabalhadoras conquistam algum espaço na esfera estatal burguesa.

com os que se encontram hoje na América Latina ou no Sudoeste Asiático. No final da Idade Média, a hanseníase já se encontrava em refluxo, com focos autóctones na Escandinávia. Não é por acaso que a descoberta do bacilo da lepra tenha sido detectado na Noruega. Provavelmente, o desaparecimento da hanseníase na Europa deveu-se à crise demográfica, aliada às melhoras sanitárias e na alimentação ocorridas no processo de urbanização que cresce com a abertura do comércio de ultramar (BÉNIAC, 1997).

Nas províncias francesas, nos séculos XIII e XIV, em que a rede de leprosários era grande⁴, a composição para a admissão era determinada conforme convinha a cada uma. Na Idade Média, a Igreja católica tomou a iniciativa de criar leprosários, que eram pequenos grupos de casas miseráveis situadas o mais distante possível da cidade para confinar os leprosos. Em 1200, estima-se haver cerca de dois mil leprosários somente na França, ao passo que nos outros países da Europa esse número era de 1900. Os leprosários também serviam como refúgio para quem estivesse contrariando alguma norma passível de punição, pois, na Idade Média, o hospital não significava necessariamente lugar de cura, mas de isolamento. Todavia, não havia total isolamento para os leprosos que se encontravam em estado relativamente válido para o trabalho, pois podiam realizar alguma atividade e guardar para si o resultado financeiro.

A partir aproximadamente do século XV, os médicos começaram a distinguir a sífilis da lepra. A sífilis também era conhecida como lepra venérea, o que fazia generalizar a classificação da doença. Mas com essa distinção, os portadores de sífilis passaram a ser classificados como doentes de sífilis. À medida que se conheciam os doentes de sífilis por classificação, percebia-se um certo recuo dos doentes de lepra, pois não se incluía mais a lepra venérea, que tinha uma incidência altíssima. Assim, na Europa, com o fim da “lepra”, termina também a sociedade leprosa. Restando apenas a Noruega como ponto isolado de tal enfermidade.

A Noruega é o país de Amauer Hansen, o descobridor do bacilo que recebe seu nome. Local onde nascem as pesquisas científicas modernas sobre a hanseníase, fato que não fará extinguir, de imediato, a profilaxia do isolamento, mas cujos resultados permitirão o conhecimento aprofundado da doença. Assim, consideramos importante

⁴ “O isolamento de leprosos tinha regras muito minuciosas e precisas. A realização do serviço funerário, com a participação da vítima, simbolizava a terrível exclusão da sociedade humana. O leproso vinha vestido com uma mortalha, lia-se a missa solene para os mortos, jogava-se terra sobre o doente; então os padres o conduziam, acompanhados de parentes, amigos e vizinhos até uma choupana, ou um leprosário, fora dos limites da comunidade” (ROSEN, 1994, p.61).

dar um certo destaque à história da hanseníase naquele país a partir do século XIX. A questão da hanseníase na Noruega é considerada por aquela sociedade como um dos capítulos mais tristes da história social do país, a ponto de atrair a atenção internacional. A história da hanseníase na Noruega tem servido, entre vários fatores, como referência internacional para governos e pesquisadores no que se refere a medidas que devam ser atribuídas para o combate à hanseníase, não só como uma questão de saúde pública, mas também como questões que remetem ao político e ao científico. A hanseníase, muito provavelmente, chegou até à Noruega por volta do ano 1000 d.C, sendo que o último resquício dessa doença em alguma instituição de saúde daquele país durou até a década de 1970. Alguns viveram apartados da sociedade, isolados de familiares e amigos; enquanto outros tiveram uma viviam em casa; também houve aqueles que levaram décadas de suas vidas em uma instituição.

Hansen sustentava, em um congresso em 1894, que o isolamento era a chave para erradicar a hanseníase. Em seus estudos chegou a propor que a hanseníase pode ser prevenida pelo isolamento. Também afirmou que o sistema de registro compulsório, controle e isolamento como praticado na Noruega seria o recomendado, valendo como referência. Postulava que, em cada país, as autoridades sanitárias deveriam estar permitidas pelo Estado a realizar regulamentos de acordo com suas condições sociais particulares. Contrário a Hansen, o dermatologista francês Ernest Besnier (1831-1909), em mesmo congresso, representando a Academia Francesa de Medicina, negou que o isolamento fosse necessário para o controle da hanseníase. O mesmo reconhecia que a doença era contagiosa, mas na França – como a história já havia demonstrado – o isolamento teve pouquíssima eficácia. Como profilaxia, segundo tal médico, bastaria a emissão de notificação de simples cuidados de higiene aos familiares do doente. Infelizmente, sua posição não fora vitoriosa, prevalecendo a legitimação do isolamento.

A sociedade industrial objetiva garantir elementos aptos ao trabalho e, dentro do possível, distantes, de certas camadas, do contágio infeccioso – biológico, pois compromete o corpo físico do/a trabalhador/a que precisa garantir a venda diária de sua força de trabalho, e ideológico, pois teorias que pregam o coletivismo e o fim da propriedade privada da produção do trabalho colocam em risco a exploração do trabalho e, conseqüentemente, a produção de mais-valia relativa.

Era Vargas se constituiu, em parâmetros políticos, num momento de ascensão de

ideologias totalitárias e fascistas, momento em que o pensamento irracionalista burguês estava em auge. O pensamento científico que a burguesia persegue corresponde à busca da legitimação do totalitarismo econômico, que teve como expoente o nazifascismo, que, por sua vez, teve suas versões, em diferentes graus, para governos da América Latina, sendo Vargas um de seus epítetos. O irracionalismo, cujas fontes teóricas remontam do século XIX, jamais alcançou tamanha dimensão como no século XX, pois tratava-se de uma luta acirrada do grande capital contra a organização de trabalhadores que ganhavam terreno a partir das suas várias lutas libertárias.

Segundo Lukács (1967, 1981), o ponto culminante da crise da filosofia burguesa se dá com o fascismo, que se ampara na escola filosófica de Nietzsche. A filosofia da burguesia, imperialista, só pode ser compreendida à luz das leis capitalistas. O imperialismo é o estágio supremo do capitalismo e o mais rico em contradições, que, no entanto, é de interesse vital para a burguesia não reconhecê-las, dadas as suas características irreconciliáveis. De acordo com Coutinho (1972), indicar a realidade como algo essencialmente contraditório significa fornecer armas teóricas ao movimento anticapitalista da classe trabalhadora. No modo de produção capitalista, as relações humanas se dão, na maior parte das vezes, por meio de objetos, sob o aspecto de uma coisa, de um fetiche. Os objetos quando lançados ao mercado para serem trocados, tornam-se mercadorias. No modo de produção capitalista, as mercadorias são os grandes mediadores das relações humanas, pois o trabalho humano nelas contido não se apreende de imediato, sem que se faça uma investigação, pois é uma ficção jurídica, na sociedade burguesa, achar que o “ser humano, como comprador, tem um conhecimento enciclopédico das mercadorias” (MARX, 1989, p. 42). É nesse sentido que as relações humanas ganham aspecto de coisas. Já para o pensamento decadente, ainda conforme Coutinho (1972), o irracionalismo não ultrapassa a descrição da imediaticidade, não dispõe à análise da essência dos processos sociais. A imediaticidade significa a aceitação da positividade capitalista, que se manifesta na esfera da circulação, numa postura acrítica da economia de mercado e da especialização das atividades humanas impostas pela divisão social do trabalho.

A filosofia burguesa não se propõe refletir sobre como ocorre “a reprodução ininterrupta e incessantemente cambiante de relações humanas” (LUKÁCS, 1967, p. 29). A maioria dos intelectuais encontra-se muito distante do processo do trabalho

determinante da estrutura da sociedade capitalista, embora a maioria seja constituída por trabalhadores/as assalariados/as. Em suma, há uma grande distância entre a realidade e o pensamento da filosofia imperialista.

O isolamento compulsório de portadores de hanseníase como medida irracional de profilaxia é fruto direto da legitimação científico-filosófica da fase imperialista do capital. A filosofia é uma manifestação ideológica particular por ter por objeto “as questões últimas da existência e do conhecimento” (LUKÁCS, 1967, p. 30). O primeiro período da filosofia burguesa clássica vai até o primeiro terço do século XIX, momento em que a burguesia encontra-se em movimento contra a sociedade feudal, ou ordem feudal, pois o modo de produção feudal na Europa já se encontrava destruído. Movimento este que podemos considerá-lo de progressivo e libertador. A filosofia faz intervenções em problemas concretos das ciências naturais e sociais, manifestando seu caráter de universalidade. A burguesia encontra-se, ainda nesse período, imbuída de transformar, em nome de sua classe, o conjunto da sociedade, levantando a bandeira do progresso⁵. A burguesia tem uma missão histórica a cumprir e o filósofo burguês sente-se “com direito de criticar de maneira mais radical” (LUKÁCS, 1967, p. 32) qualquer desvio dessa missão. Com a decadência, observa-se um abandono do terreno científico: a filosofia torna-se meramente ideológica.

O irracionalismo e o agnosticismo nem sempre são conscientemente elaborados pela burguesia, pois configuram-se pela divisão social do trabalho provocando consequências socioculturais (COUTINHO, 1972). E para tanto, a história nos indica as configurações dessa divisão social do trabalho com a formação moderna do modo de produção capitalista, com o advento da maquinaria e da industrialização na Europa Ocidental. Em 1848, contra o proletariado ascendente, que se organiza em torno de eixos políticos emancipatórios, surge um novo limiar para a filosofia burguesa. O combate da burguesia contra os resquícios feudais já estaria superado. A burguesia começaria um novo processo histórico: transformação dos Estados nacionais. A filosofia desse novo período não está mais comprometida em dar respostas às questões

⁵ “O progresso era (...) tão “natural” quanto o capitalismo. Se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral. Que não se pense que os homens que tinham tais opiniões eram meros advogados dos consumados interesses dos homens de negócios. Eram homens que acreditavam, com considerável justificativa histórica neste período, que o caminho para o avanço da humanidade passava pelo capitalismo” (HOBBSAWM, 1998, p. 259).

do espírito. Surge o período agnóstico: nada se pode saber da essência verdadeira do mundo e seu conhecimento não teria nenhuma utilidade. As ciências que então interessariam seriam as especializadas e separadas umas das outras: sobre a vida prática é que se deve debruçar os conhecimentos indispensáveis. São tendências que fazem da ciência uma ciência especializada, em função de guarda fronteira da burguesia reacionária. O intelectual, burocratizado, faz parte do aparelho estatal. Desde que a função de guarda fronteira esteja garantida, “o ensino universitário da filosofia transcorre, cada vez mais, em meio à indiferença da sociedade” (LUKÁCS, 1967, p. 36). Nos meios intelectuais, a filosofia torna-se apenas “interessante”. No fim do século XIX, a filosofia limita sua reflexão aos interesses culturais e à moral do indivíduo, abandonando problemáticas de cunho econômico, político e social. Criticam-se os sintomas culturais advindos do mundo do trabalho no capitalismo, no entanto, sua base econômica se mantém intocada. A crítica filosófica centra-se na ideia de progresso. Assim, a ideia de progresso orientará o pensamento científico, por intermédio de um caminho pragmático e utilitarista, as ciências naturais devem dar conta apenas dos problemas imediatos, de resultados, o questionamento analítico. Assim, durante o período imperialista, as ciências naturais entram em processo de vulgarização, a serviço da ideologia reacionária. A filosofia, então, interpretará as descobertas em favor dessa reação.

As crises sociais e econômicas do início do século XX, culminando em um processo de revoluções sociais por parte dos/as trabalhadores/as e uma guerra de escala mundial, não permitiam mais manter um clima filosófico objetivo diante de uma prosperidade econômica e política que se mantinha em xeque. Nesse sentido, a necessidade de uma ideologia se fazia cada vez mais presente, como um signo dessa crise. A ideologia do progresso fora o corolário de uma ideologia universal que a filosofia burguesa clássica propagava como base de todo conhecimento. Essas realizações ideológicas para o período da crise serão consideradas anticientíficas. Nesse período de crise, cabe à filosofia do imperialismo preconizar uma ideologia que impeça o descontentamento gerado pela própria crise.

Qual a finalidade ideológica da filosofia imperialista? Trata-se de apresentar uma realidade de essência superior, diverso do que é acessível à reflexão discursiva. Trata-se de um subterfúgio, pois a intuição aparecerá com instrumento para atingir o

conhecimento superior, momento pelo qual nega-se toda crítica analítica, ou melhor, é o momento em que se pretende destronar a razão. As bases dessa teoria do conhecimento – o conhecimento pela intuição – se dá por intermédio do agnosticismo e do relativismo. Encontramo-nos diante de um agnosticismo relativista, que conduz ao antirracionalismo e ao irracionalismo, “ou, em todo caso, à realidade métodos e realidades supra-rationais” (LUKÁCS, 1967, p. 55). É mister, pois, que se decrete a falência da razão. Cabe à filosofia tal tarefa.

Essa falência da razão, que a ideologia irracionalista empreende, é responsável também pela tarefa de formar inumano e inimigo da personalidade toda ação que se proponha social e racional. O ser humano do mundo imperialista é a expressão geral e universal, em que se propõe o retorno do indivíduo para si mesmo. Para a filosofia imperialista, a razão, inumana e inferior, se opõe à realidade superior, portanto humana e irracional.

Reforça-se o idealismo subjetivo, que lança mão da intuição como ferramenta metodológica de análise diante dos problemas filosóficos, porém fornecendo apenas falsas soluções. Assim, uma questão filosófica que o idealismo subjetivo não consegue resolver, o que lhe caracteriza como irracional, é a problemática da relação pensamento/realidade, pois “a realidade se apresenta como uma contradição absoluta e insuperável” (LUKÁCS, 1967, p. 61). Como corolário dessa não intervenção à realidade, o irracionalismo passa a significar (a) a justificação filosófica de mitos arbitrários e (b) a submissão da filosofia à lógica formal.

A ideia de progresso da sociedade capitalista acompanhou o progresso das ciências do século XIX. Mas o imperialismo é o momento da decadência que, embora incorporando certos resultados do desenvolvimento técnico-científico, não permite falar em evolução científica, pois colocaria em contradição sua existência, que deve ser edificada por mitos engendrados pelo idealismo, sendo o fascismo o ponto máximo dessa expressão. Nessa crise, o idealismo cairia num solipsismo – que reconhece apenas reais os elementos da consciência individual –, chegando ao idealismo subjetivo, que não se lança a ideologias universais, mas a mitos que apenas impõem uma falsa objetividade.

Irracionalismo, ciências e isolamento compulsório

Analisemos, agora, a importância do uso do pseudocientificismo como justificativa do isolamento compulsório. Seria a ciência uma instituição autônoma? Quando refletimos sobre a relação da corrente produtiva (esfera da produção) e pensamento científico, percebemos que o pensamento científico não existe de forma autônoma, isolado e neutro, pois a produção científica torna-se apêndice do desenvolvimento tecnológico industrial. Nesse sentido, é possível questionar a neutralidade científica e a produção de conhecimento independente de uma relação social, independente de uma totalidade.

A presença intelectual pode ser um elemento de legitimação da hegemonia do Estado, pois a presença de intelectuais, ligados ideologicamente às frações de classes dominantes, na estrutura de dominação para o exercício de funções subalternas da hegemonia e do governo político, está diretamente relacionada à importância de seu saber para a reprodução e produção da sociedade capitalista e pela necessidade de utilização de outros mecanismos na busca de uma legitimidade, quando a violência física ainda pode ser dispensada. Legitimidade esta que possibilita à burocracia a capacidade de obtenção e controle dos recursos, ou seja, contratar força de trabalho, fornecer serviços, adquirir e distribuir bens e elevar sua capacidade operativa, necessários a sua própria existência no aparelho estatal do capital.

Ademais Mészáros (2004, p. 266) afirma que “a ciência segue um curso de desenvolvimento independente, de que as explicações tecnológicas nascem e se impõem sobre a sociedade com uma exigência férrea, é uma simplificação demasiadamente grosseira e com objetivos ideológicos”.

Assim, a ciência torna-se também legitimadora de interesses ideológicos da classe burguesa, uma vez que esta consegue multiplicar seus quadros pensantes e impor, em vários domínios e instâncias da sociedade, sua forma de pensar. Para Mészáros (2004), essa é a mais eficaz das maneiras pela qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade seja o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome e a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada.

O pensamento científico, predominantemente matizado pelo método neopositivista, mantém laços estreitos e mútuos com o poder econômico, e que sua neutralidade, ainda

que bradada e apregoada como sinônimo de pura ciência, responde, produtiva e apologeticamente, aos interesses políticos e econômicos. Isso não significa, no entanto, que a busca incansável de uma ciência autônoma não ocorra, em todas as áreas, ao colocar em questionamento uma série de paradigmas. Ao mesmo tempo, a ciência não se pretende uma instituição de mera contemplação. É possível acreditar que a maioria esmagadora dos cientistas luta por uma humanidade menos dependente do trabalho pesado do cotidiano, pela melhoria da saúde individual e coletiva, sempre por meio de inovações tecnológicas. Porém, não se trata de basearmos nossa hipótese da dependência do trabalho científico sobre opiniões pessoais de cada pesquisador, e, sim, de como o conjunto dessa produção intelectual é ela mesma apropriada pelo poder econômico e produtivo.

Notadamente, pensando as atribuições da ciência no plano da saúde pública não crítica, observa-se o predomínio do biológico sobre o social. O início do século XX, no Brasil, foi marcado pelas políticas sanitaristas. Por meio dos sanitaristas de então, a pseudociência do eugenismo⁶ encontrou aqui fortes ecos⁷. De fundo racista, o discurso eugênico contaminou o processo de prevenção da hanseníase.

Para os hansenólogos, havia duas possibilidades de profilaxia da enfermidade: o isolamento e o tratamento humanista. A proposta dos isolacionistas, na década de 1920, ganhou corpo e sua implantação ocorreu dentro de um espírito militar. O problema de saúde pública era tratado dentro da mentalidade de defesa militar, cujo subtexto poderia ser lido como “inimigos à vista”, não levando em consideração as noções de Medicina Social da Europa, que, aliás, foram deixadas de lado. No Brasil, o isolamento compulsório dos doentes seguiu orientação de uma elite técnica, sobressaindo os médicos, entre jornalistas, juristas, arquitetos, etc.

Já aqueles que comungavam do tratamento humanitário, afirmavam que humanismo significava a caracterização pela proximidade com o doente e com a problemática da doença, por recomendarem medidas brandas de isolamento e por

⁶ As teorias eugênicas não passavam de um constructo de aspecto aparentemente científico, sendo um instrumento ideológico, uma vez que essas teorias serviam como propaganda de ações de legitimação política, que serviram aos governos de orientação fascista.

⁷ O Brasil foi o primeiro país sul-americano a ter um movimento eugenista organizado, a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918). O movimento eugênico brasileiro é bastante heterogêneo, mas vale destacar sua atuação junto à saúde pública e o saneamento, bem como à psiquiatria e higiene mental ao longo das décadas de 1920 e 1930.

indicarem o isolamento domiciliar e não institucional-estatal⁸. Novas formas profiláticas surgiram, com características humanitárias, por renomados hansenólogos⁹, que desaconselhavam o isolamento, a não ser em casos excepcionais, em que se apresentam altos índices de infecção. Assim, a ação profilática deixava ser a instituição asilar, em seu lugar surgia o dispensário, local onde o doente se tratava sem perder o contato social.

Os isolacionistas¹⁰, por seu turno, comungavam da ideia de que todos/as os/as portadores/as, indiscriminadamente, de hanseníase deveriam ser isolados/as, independente da forma, do nível e do grau infectante. A posição do isolacionistas foi a que serviu de modelo para a saúde pública, cujas características de legitimação desenvolvem-se a partir dos elementos irracionalistas que temos apresentado, sendo a eugenia, como pseudociência, uma grande contribuição para o pensamento atuante desse período.

Conclusão

No modo de produção capitalista, a burguesia, outrora revolucionária, por derrubar as ordens feudais e, por isso, afirmando-se portadora de valores universais para a humanidade, dominou econômica e politicamente o cenário das decisões globais, a partir da virada do século XVIII e XIX. A partir do momento em que esta tem de enfrentar a classe trabalhadora, que se reconhecia como classe e sujeito histórico, torna-se conservadora e posteriormente reacionária. Seus valores filosóficos já não são mais revolucionários, atendem, outrossim, à manutenção do seu poder político, em nome de um pretense interesse universal, mas que, na realidade, apenas servem a seus interesses e privilégios. O Estado tem papel fundamental: como agente opressor, garante a exploração do capital. Ao longo de um processo que toma várias décadas, o capitalismo, de concorrencial, passa a monopolista. Nessa fase, por intermédio do aparelho ideológico de Estado, o capital garante a manutenção e a reprodução da força de trabalho. O Estado, que no momento concorrencial, atuava basicamente como aparelho repressor policial, no capitalismo monopolista torna-se agente do capital.

⁸ Entre os humanistas, destacam-se: Emílio Ribas, José de Macedo Soares, Eduardo Rabello, Carlos Chagas, Otávio Félix Pedroso, Oscar Silva Araújo, José Vieira Filho e José Maria Gomes.

⁹ Podemos citar: Abraão Rotberg, Oscar da Silva Araújo, Lauro de Souza Lima, Ribeiro de Almeida, Diltor Opromolla e Eduardo Rabello.

¹⁰ Entre os isolacionista brasileiros, podemos destacar Oswaldo Cruz, Arthur Neiva, Souza Araújo e Belisário Penna.

Ideologicamente, a imagem do Estado é de conciliador de classes, de uma instituição que paira por cima de todas as camadas sociais.

O capitalista compra a força de trabalho no mercado. Essa força de trabalho deve estar habilitada para a produção. Não é a máquina que se adapta ao ser humano, mas o contrário. Nesse sentido, os seres humanos devem estar dotados, física e moralmente, de capacidade para operar dentro do ritmo que o capital exige. Estes ritmos são naturalizados na vida cotidiana, por ação das instituições e do aparelho estatal que ordena e disciplina a vida das pessoas. O corpo humano deve ter a destreza necessária para operar em ambientes multifuncionais, que o monopólio, ao longo de décadas soube implementar. Enfim, numa relação dialética, a força de trabalho deve estar garantida no mercado, e o Estado trata de garanti-la.

O Estado moderno é percebido e reconhecido pelas mediações de seu funcionamento, que se refletem nas instituições que o fazem funcionar e estão atreladas ao ritmo do capital. Essas instituições são órgãos de governo, diretas ou indiretas. Constituem aparelhos de força e ideológicos do Estado. Entre os aparelhos diretos do Estado, podemos citar as forças armadas, as polícias, os ministérios, as secretarias de Estado (por exemplo, de saúde, educação, habitação), as agências reguladoras, etc. Há uma parcela do proletariado que não cabe no perfil requerido pelo capital, da funcionalidade considerada racional para desempenhar funções adequadas às máquinas, aos ritmos e à multifuncionalidade por ele impostas. Há pessoas que são apartadas do convívio social, como outrora loucos e os portadores de hanseníase, justamente por não se adequarem ao perfil racional da produção. Em cada época histórica, surgem sempre aqueles que devem ser isolados. Os portadores de hanseníase constituíam um grupo sobre cujo comportamento social o Estado interveio por intermédio da segregação que se deu nas instituições chamadas leprosários.

A saúde pública é um aparelho do Estado moderno. O Estado moderno passa a se responsabilizar por tarefas que envolvam os problemas epidemiológicos diversos, causados por falta de moradia, por falta de saneamento público (do simples lixo nas ruas ao escoamento e tratamento adequados tecnicamente de esgotos, etc.), pela falta de nutrientes, pela falta de medicamentos. A saúde pública surge como uma ação que possa garantir a manutenção e a reprodução da força de trabalho. Além disso, cabe à saúde pública não só preservar a força de trabalho, inclusive a que se encontra nos exércitos de

reserva, mas garantir que a própria classe dominante não seja contaminada pelas endemias e epidemias.

No capitalismo monopolista, há um modelo a ser seguido. Esse modelo, variando de país para país, de uma determinada realidade social para outra, tem grande esfera de atuação a Fundação Rockfeller. O capitalismo da Nigéria não é o mesmo do da Alemanha, mas a produção, nos moldes do capital monopolista, se engendra com a racionalidade que demanda uma uniformidade na produção e nas relações internacionais.

No Brasil, o capital monopolista se implantou com Vargas. Do ponto de vista das estruturas socioeconômicas, houve uma virada sem precedentes no país. Havia uma classe trabalhadora que tinha passado por experiências de auto-organização anarquista, de greves fundamentais para abalar as estruturas econômicas, da criação de partidos de classe, de movimentos operários diversos. No entanto, Vargas, em sua habilidade populista que a classe dos capitalistas exigia, conseguiu o controle da classe trabalhadora, sabendo domesticá-la (pelo menos parcialmente). Vargas permitiu que se implementasse uma política de racionalização para o mundo do trabalho, criando grandes aparelhos administrativos. No entanto, seu modelo ideológico de inspiração era interessante para o capital imperialista e monopolista, a saber, as filosofias totalitárias que sustentaram a necessidade de haver um trabalho científico pragmático, fortemente dirigido para a indústria bélica, por intermédio da física, da química, da mecânica, da eletrônica, etc. Às ciências humanas, cabia justificar essa atuação, pois, como analisamos, a decadência da burguesia, se exposta, seria um enorme arsenal a favor da classe trabalhadora.

Esse irracionalismo filosófico que vai embasar os trabalhos científicos far-se-á presente no Brasil. O isolamento compulsório de portadores/as de hanseníase, em momento em que não seria necessária tal ação, fora uma política adotada pelo governo de Vargas, que, como representante do grande capital, atuou à frente de uma política de controle e educação da classe trabalhadora para o mundo do trabalho agora racionalizado pelo taylorismo. A saúde pública foi seu aparelho estatal. E os leprosários, suas instâncias de controle.

A política de Vargas garantiu ao capital o encarceramento de pessoas consideradas como não produtivas, pois a hanseníase deforma principalmente as mãos,

e mãos que fogem ao padrão da máquina. O isolamento mostrou-se eficaz enquanto processo de seleção de força de trabalho, mas provou-se ineficaz como profilaxia da hanseníase. Do ponto de vista da saúde pública, há aí uma enorme contradição, assim como contraditório foi o isolamento compulsório dos hansenianos na Era Vargas, mas as contradições são inerentes e infelizmente necessárias ao funcionamento do modo de produção capitalista.

Referências

BÉNIAC, Françoise. O medo da lepra. In: LE GOFF, Jacques (org.). As doenças têm história. Lisboa: Terramar, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios. 1875-1914. 5.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LUKÁCS, Georg. Marxismo e questões de método na Ciência Social. In NETTO, José Paulo (org.). Lukács. São Paulo: Ática, 1981.

_____. Existencialismo ou marxismo. São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro. Vol. 1. 13.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MÉSZAROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

ROSEN, George. Uma história da Saúde Pública. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.